

ESTARIA A HISTÓRIA À MARGEM DA VIDA? ENSAIO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE A DISCIPLINA
HISTÓRICA APRIMORAR SEUS MÉTODOS A PARTIR DE OUTRAS INTERAÇÕES TEÓRICAS QUE
DESAFIAM AS FRONTEIRAS DISCIPLINARES

WOULD HISTORY DWELL IN THE FRINGE OF LIFE? ESSAY ON THE POSSIBILITIES OF THE HISTORICAL DISCIPLINE
IMPROVING ITS METHODS FROM OTHER THEORETICAL INTERACTIONS THAT CHALLENGE DISCIPLINARY BOUNDARIES

Evandro Santos*
evansantos.hist@gmail.com

RESUMO: O presente artigo, escrito na forma de ensaio, discute limitações metodológicas que a interação teórica entre psicanálise e estudos de gênero pode, por hipótese, superar. O ponto de partida é o olhar estrangeiro da psicanálise sobre o conhecimento histórico, no que se refere à problemática do sujeito de conhecimento e como ela é apreendida por pesquisadores de história. Em seguida, a partir da aproximação entre a psicanálise e a história, com a contribuição da historiadora Joan Scott, o argumento desdobra-se no sentido de examinar a importância da incomensurabilidade entre esses dois saberes para uma crítica do anacronismo presente em algumas concepções que regem a história entendida como disciplina, atualmente. Por fim, a remissão aos estudos da filósofa Judith Butler pretende demonstrar a importância das teorias da formação do sujeito como um dos caminhos de ingresso dos estudos de gênero como uma teoria da história de amplo impacto, capaz de reconfigurar os debates teóricos da área neste século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História, História e Psicanálise, Estudos de Gênero.

ABSTRACT: This article, written as an essay, discusses methodological limitations that, hypothetically, can be overcome by the theoretical interaction between psychoanalysis and gender studies. The starting point is the foreign look of psychoanalysis over historical knowledge, regarding the problem of the subject of knowledge and how it is apprehended by history researchers. Then, from the approximation between psychoanalysis and history, with the contribution of historian Joan Scott, the argument unfolds in the examination of the importance of the incommensurability between these two pieces of knowledge for a critique of the anachronism in some conceptions that rule a history nowadays understood as a discipline. Finally, the reference to the studies of the philosopher Judith Butler intends to demonstrate the importance of theories of the formation of the subject as one of the ways of entering gender studies as a wide-impact theory of history, able to reconfigure the theoretical debates of the area in the XXI century.

KEYWORDS: Theory of History; History and Psychoanalysis; Gender Studies.

“AMANDA: Moças que não são talhadas para carreiras nos negócios normalmente acabam se casando com algum rapaz decente. (*Ela se levanta, revivendo uma centelha de animação.*) E é isso que você vai fazer, meu bem!

(*Laura solta uma risada assustada, cheia de dúvidas e vai correndo pegar uma peça de vidro de sua coleção.*)

LAURA: Mas, mamãe –

AMANDA: O quê? (*Vai até a fotografia.*)

LAURA: (*desculpando-se, assustada*): Eu... sou aleijada!”

(Tennessee Williams, *O Zoológico de vidro*, 2014, p. 47.)

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor adjunto de Teoria e História da Historiografia no Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões (MHIST), na mesma instituição.

“Manter-se ao objetivável”

A discussão proposta neste artigo surgiu, inicialmente, de relações observadas entre as indicações da ementa de divulgação do dossiê no qual busca se inserir e reflexões que venho desenvolvendo em projetos de pesquisa que coordeno, nos últimos anos. Entretanto, gostaria de iniciar (também de acordo com as indicações das organizadoras, na mesma ementa) apresentando os jogos de sentido que explicam o título que escolhi. A obra *À margem dos dias* (2012), que se trata de fragmentos e anotações do psicanalista, filósofo e escritor francês Jean Bertrand Pontalis (1924-2013), traz, logo na abertura da primeira seção do livro, considerações breves, porém, relevantes sobre o conhecido projeto *Ensaio de Ego-história*, organizado pelo historiador Pierre Nora, na década de 1980.¹ Em duas ou três páginas, Pontalis comenta a ideia de Nora, que consistia em pedir a importantes historiadores franceses daquela época que escrevessem sobre suas próprias histórias de vida. Com exceção de Pierre Chaunu (1923-2009), segundo o psicanalista, o que se vê nos *Ensaio de Ego-história* (1989) é a análise padronizada de historiadores: uma narrativa processual, cronológica, com recortes temporais e espaciais devidamente estabelecidos: “mesmo quando se trata de si, é preciso manter-se ao objetivável: pudor ou respeito por um método que exige provas e exclui o ‘subjetivo’?” (PONTALIS, 2012, p. 11).

Ao entrar em contato com o texto de Pontalis e ler as poucas linhas nas quais o psicanalista expõe seu pensamento sobre as formas de se narrar (e ingressar) em campos como os da psicanálise e da história, recordei-me de uma peça teatral escrita pelo dramaturgo estadunidense Tennessee Williams (1911-1983), que há alguns anos, tive, inclusive, a oportunidade de assistir a uma das montagens brasileiras. Escolhi um excerto dela para servir como epígrafe deste artigo, ou seja, refiro-me à peça *O Zoológico de vidro*, publicada originalmente em 1945. Contudo, minha associação entre o texto de Pontalis e o de Williams tem a ver com o fato de que, em algumas traduções brasileiras, o título da peça de teatro escrita pelo segundo aparece como *À margem da vida*, o que torna evidente a associação por mim livremente realizada. Na peça (já adaptada para o cinema e para a televisão algumas vezes), Amanda Wingfield é mãe de Laura Wingfield e poderíamos dizer que a história tem, na relação entre essas duas personagens, seu cerne. Conforme a caracterização das personagens, registrada na tradução brasileira ora citada, Amanda é uma mulher “dotada de

¹ Agradeço à Liane Pessin pela inspiradora referência de Pontalis.

grande mas confusa vitalidade, que se agarra freneticamente a outro tempo e lugar” (WILLIAMS, 2014, p. 24). Dito de outra forma, Amanda busca desesperadamente a estabilidade do passado, recordando a época anterior ao abandono por parte do marido, que a deixou só com os dois filhos, Laura e Tom. Já a caracterização de Laura diz o seguinte:

Apesar de não ter conseguido estabelecer contato com a realidade, Amanda continua a viver suas ilusões com vitalidade, mas a situação de Laura é ainda mais grave. Uma doença na infância a deixou aleijada e uma de suas pernas é mais curta que a outra, obrigando-a a usar um aparelho ortopédico. [...] Decorrente disso, o alheamento de Laura vai aumentando até ela se transformar numa peça de sua coleção de objetos de vidro, frágil demais para sair da prateleira (WILLIAMS, 2014, p. 24).

Por ora, sugiro que a analogia entre as obras de Pontalis e Williams – a partir de seus títulos – seja deixada em suspenso, bem como as rápidas caracterizações das duas personagens da dramaturgia. Ao final do artigo este último aspecto será recuperado. De imediato, importa a retomada do ponto de vista de Pontalis acerca do aparente e severo controle do discurso produzido por historiadores, mesmo quando se trata de produzir uma narrativa autobiográfica e, portanto, atravessada pela subjetividade. Evidentemente, é possível considerar que entre a década de 1980, quando os *Ensaio de Ego-história* foram escritos e publicados, e os dias atuais, houve significativo progresso no debate teórico e historiográfico e as condições atuais dessas discussões favoreceram, em muitos casos, alterações na escrita de historiadoras e historiadores, que tornaram mais complexas e ricas tanto as narrativas propriamente historiográficas como os textos de reflexão autobiográfica/ética produzidos por tais agentes. Chama a atenção os termos utilizados por Pontalis quando se pergunta sobre quais seriam os motivos para que historiadores, ao escreverem sobre suas memórias, seguissem a impor a objetividade que foi construída, discursivamente, para a história-disciplina, desde o século XIX. Reafirmava-se, uma vez mais, a quase incontornável ideia da “ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu, já apropriada das mais diferentes maneiras e deslocada de seu contexto original de formulação (em diferentes âmbitos disciplinares), na qual o limite formal da subjetividade na escrita da história são os textos pautados pelo conceito de trajetória (BOURDIEU, 2006).² Todo o mais não passaria de produtos inacessíveis à crítica.

² Para uma importante reflexão, que vai além do caso do artigo do sociólogo francês (este, escrito nos anos 1980), ver o texto “Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica”, de autoria da historiadora Maria da Glória de Oliveira (2018a).

Nesse sentido, caberia indagar o que teria mais peso em tal determinação, que situa exercícios com memórias e experiências particulares/individuais como praticamente insignificantes para uma disciplina da história: a exigência inelutável de provas materiais, ou, sobretudo, uma obsessiva vontade de anular o imprevisível do “subjetivo” (assim mesmo, entre aspas, como escreveu Pontalis)? Dando continuidade ao diálogo com a tradição intelectual francesa, se a história é, como escreveu o filósofo Paul Ricoeur (1913-2005), “do começo ao fim, escrita”, não seriam as experiências ditas subjetivas de historiadoras, historiadores e de suas personagens, uma vez compartilhadas, passíveis de procedimentos metodológicos críticos? (RICOEUR, 2007, p. 148). Aliás, depois da leitura do impressionante contingente de historiadores, sociólogos, filósofos e antropólogos reunidos na análise de Ricoeur, não estariam historiadoras e historiadores munidos, suficientemente, de arsenal teórico e metodológico para lidar com desejos, afetos, fantasias e todos os demais conceitos e noções atinentes aos estudos das dimensões históricas das ações, relações e conflitos humanos? O que impede a história de criar laços menos previsíveis e mais radicais com as áreas da filosofia e da psicanálise, por exemplo? Reconhecidas as fronteiras estabelecidas nos últimos duzentos anos, não seria pertinente, dadas as conjunturas políticas delicadas que têm marcado este século XXI, transgredi-las em nome de um mundo compartilhado mais justo e democrático e de uma ciência mais socialmente responsável?

Não deixa de ser impressionante a naturalidade com que pesquisadoras e pesquisadores de história escrevem sobre suas próprias vidas como se fossem elas e eles passíveis de conversão absoluta em objeto de conhecimento, este entendido no sentido estrito que lhe atribuiu, em determinado momento, a ciência moderna, já bastante criticado (KUHN, 2006). O mesmo procedimento é generalizado quando se trata de reconstituir as ações das personagens históricas eleitas para comporem suas produções. O choque em relação a tais práticas pode ser, em parte, dirimido quando se entra em contato com a história da objetividade científica. Embora essa história seja, do ponto de vista histórico, muito recente e curta, é inegável seu sucesso em termos de provocar certa simplificação teórica e metodológica que atingiu fortemente a história entendida como disciplina. Não pretendo desenvolver este argumento pois ultrapassaria os propósitos deste artigo, mas considero importante remeter a um de seus aspectos por ser relevante para a análise ora apresentada. O princípio de objetividade científica pressupõe não apenas uma observação de caráter

metodológico. Ele diz respeito, em igual medida, a atenção a componentes éticos do trabalho de pesquisa que poderíamos sintetizar sob a nomenclatura de “virtudes epistêmicas” (DASTON; GALISON, 2010, p. 39-42). As virtudes epistêmicas encaminham destacadas discussões que dizem respeito a conceitos que podem ser considerados éticos e políticos, tais quais confiança, responsabilidade, verdade e, inclusive, sensibilidade, como tem demonstrado as pesquisas desenvolvidas pelo historiador João Rodolfo Munhoz Ohara (2016). Em um de seus estudos sobre a sensibilidade histórica, no recorte da historiografia brasileira dos anos 1980-1990, Ohara apresentou duas formações discursivas relativas a ela relativas:

De um lado, acompanhando uma concepção processual da história, a sensibilidade histórica designa a capacidade do historiador situar elementos individuais em cadeias maiores, dando-lhes um sentido e estabelecendo as relações entre esses elementos. De outro, a sensibilidade histórica designa o sentido do próprio fazer historiográfico, aglutinando outras habilidades desejáveis por parte do historiador – erudição, atenção aos detalhes, rigor de análise, *open-mindedness*, capacidade de síntese, etc. Tratam-se de duas formações que exercem funções diferentes na produção de subjetividade do historiador. Enquanto uma designa uma habilidade que pode ser aprendida, a outra dá um sentido que organiza certas competências do indivíduo (OHARA, 2016, p. 181).

Assim, a produção de subjetividade por parte de historiadoras e historiadores estaria atrelada, em geral, à certa capacidade de lidar com as temporalidades (elementos individuais articulados a cadeias maiores) e ao desenvolvimento de competências individuais (erudição, habilidade interdisciplinar, poder de síntese etc.). Como se pode depreender dos resultados trazidos por Ohara, a discussão acerca da produção de subjetividades e sobre as sensibilidades históricas, quando tratada na chave da história da historiografia, pode ganhar alguns contornos relevantes na crítica de uma concepção de objetividade muitas vezes tratada de forma excessivamente abstrata (ou mesmo anacrônica), o que, não raro, dificulta o diálogo teórico entre as diferentes subáreas do conhecimento histórico e suas variadas ferramentas conceituais e metodológicas. Nesse horizonte, da mesma forma que o olhar exterior de Pontalis, pautado no campo da psicanálise, incentivou o argumento pensado para este artigo, a próxima seção pretende explorar justamente o diálogo da historiografia com algumas concepções oriundas do saber iniciado por Sigmund Freud (1856-1939).

Das margens às fronteiras: a incomensurabilidade entre história e psicanálise

As dificuldades da prática historiográfica em lidar com o imprevisível do desejo e das fantasias, o que se costuma sintetizar no conceito de subjetividade, convocam a interlocução

com o amplo legado da psicanálise. Embora haja uma vasta controvérsia relacionada às condições epistemológicas desse saber e o que interditaria ou autorizaria sua condição como ciência, o que se observa, de modo geral, é que a despeito dessa questão, a psicanálise situa-se, na maior parte das vezes, como “o outro” de todos os discursos de saber/poder, entre eles, o discurso científico (BEER, 2017).

No que diz respeito, especificamente, às relações a psicanálise e a disciplina histórica, o primeiro aspecto a ser apontado tem relação com a evidência de que a concepção de tempo de ambas é diversa. Essa importante característica de distinção conceitual foi observada e analisada por Michel de Certeau (1925-1986), um dos poucos nomes ligados à história que se interessaram por tais diálogos interdisciplinares, ficando isso evidente em sua obra, sobretudo, nos anos 1980 (CERTEAU, 2011). A historiadora estadunidense Joan Scott, ao discutir o tema, em artigo publicado em *History and Theory*, também partiu da divergência entre as formas de compreensão e trabalho com o tempo que contrapõem história e psicanálise. Scott explica que a noção de tempo, assim como a de causalidade, é diferente, em especial, pela introdução feita, no campo da psicanálise, dos conceitos de inconsciente e de fantasia (SCOTT, 2012). Essa parece ser um dos maiores impasses colocados ao diálogo em questão. Pode-se admitir que há um duplo impeditivo que afeta as possíveis trocas entre psicanálise e história. De um lado, as limitações de uma certa ideia de disciplina científica, disputada por historiadores desde o século XIX, cujos modelos ainda eram ligados a uma ideia generalista de ciência e de método, ao qual a história deveria, necessariamente, se adaptar. De outro lado, os condicionamentos que essa ideia de ciência impunha à escrita da história, tornando os personagens narrados agentes plenamente conscientes de cada atitude ou decisão tomada, o que acabava por retirar a própria dimensão humana das ações históricas e mimetizando, ainda que de forma ingênua, os padrões das análises das chamadas ciências naturais.

Como afirma Joan Scott, dadas as perturbadoras hipóteses (para historiadores) das motivações inconscientes e do papel das fantasias na construção da história, e apesar das experiências desenvolvidas, mais fortemente, desde a década de 1970, ainda não foram realizados investimentos mais concretos naquilo que Michel de Certeau chamou de potencialidades da incomensurabilidade entre os dois campos – história e psicanálise (SCOTT, 2012, p. 68). O historiador Peter Gay (1923-2015) também investiu na reflexão relacionada

aos impasses que a ideia de que as mentes humanas são construtoras de ficções impõe à crítica histórica, e que, como tais, são mentes atravessadas pelo inconsciente, inclusive quando parecem estar agindo de forma racional. Segundo Gay, a psicanálise instituiu-se a partir desses conceitos desestabilizadores das ideias de razão e de realidade, ao contrário da história. Portanto, o que se observa é que os psicanalistas trabalham com a organização dos desregrados impulsos e ideias do paciente, enquanto que o historiador não consegue lidar com tamanha variabilidade ou incorporá-los à narrativa que produz (GAY, 1989, p. 102).

De todo modo, mais do que presumir uma tentativa de aplicação dos conceitos psicanalíticos à pesquisa histórica, o argumento de Scott vai no sentido de se trabalhar com a ideia de incomensurabilidade como aporia com potencial produtivo tanto para a psicanálise como para a história. Conforme a historiadora, indagações teóricas fundamentais no processo de trabalho de historiadoras e historiadores poderiam ser repensadas com o suporte da psicanálise, como, por exemplo, as relações entre fato e interpretação (SCOTT, 2012). Muito provavelmente, o instrumental crítico de historiadores teria muito a ganhar na medida em que fatos históricos pudessem ser interpretados desde outra implicação entre sujeitos e suas ações, não apenas quando se fala em personagens das narrativas históricas, mas no caso dos próprios historiadores enquanto sujeitos de conhecimento. Este seria um exemplo passível de ser considerado se o propósito é pensar outras teorias da história, capazes atingir processos de subjetivação mais intensos e, portanto, ainda mais políticos. Tal percepção colocaria em xeque a própria concepção de realidade na história, pautada no naturalismo, possibilitando, por hipótese, novas formas de interação e experiência com as temporalidades históricas.

Importa destacar que a proposta debatida por Scott, Certeau e Gay não consiste em um deslocamento dos conceitos da clínica para o estudo de personagens do passado. A discussão sobre a incomensurabilidade vai, justamente, no sentido, de garantir a manutenção das fronteiras entre os saberes, fazendo com que um sirva de olhar exterior crítico ao outro. Scott sublinha que a teoria do inconsciente (e sua própria definição conceitual) é indisciplinada, todavia, justamente por isso, pode permitir uma interdisciplinaridade mais interessante (SCOTT, 2012). Em diálogo com o argumento de Scott, minha hipótese vai no sentido de se recuperar a noção de que a história, longe de se resumir a uma disciplina com pretensões científicas, é um dado antropológico que atravessa, de maneiras diferentes, muitas comunidades humanas. A constatação de que a história migrou, no século XIX, para o

campo científico, como lembra o historiador Hayden White (1928-2018), é também um dado propriamente histórico, situado no tempo e no espaço, não sendo a única possibilidade de relacionamento com o passado (WHITE, 2001). Nessa perspectiva, o diálogo com saberes e manifestações artísticas e políticas que não se submeteram ao processo de disciplinarização pode trazer ganhos à forma disciplinar da história, em particular no que tange a aprender a lidar com a instabilidade experimentada nesse tipo de diálogo. Talvez, ao sustentar a instabilidade como elemento inerente ao diálogo com a psicanálise, historiadoras e historiadores poderiam abandonar a reação condicionada de, repetidamente, perceber os conceitos oriundos da tradição freudiana como uma ameaça à razão (ou à razão histórica que eles supõem sustentar). A consciência de que a própria ideia de disciplina histórica varia no tempo e no espaço, trazida por White, vai ao encontro da apreensão de que a psicanálise, como uma prática e como uma ética, nunca busca explicações exaustivas, pois opera com o devir do sujeito e de seu corpo, passíveis de inúmeras mudanças que afetam a vida. A historiografia, apesar de seus recortes metodológicos, costuma mobilizar certa pretensão a uma explicação exaustiva dos fenômenos.

Depois de recuperarmos os argumentos acima, especialmente, aqueles trazidos por Joan Scott, é possível concluir que o cerne da questão, quando se fala em relações diálogos ou analogias entre história e psicanálise, é o conceito de sujeito e sua conformação no que tange à implicação deste com suas fantasias e realidades. Tal qual traz Scott, o psicanalista se recusa a tornar o analisando um “objeto”, enquanto historiadores convertem sujeitos em objeto de análise para construir um corte entre passado e presente. A psicanálise, que pode ser entendida como uma ética do sujeito, está mais comprometida com a vida e com o tempo presente nela reconhecido. É nesse tempo que os psicanalistas pretendem intervir, na medida em que evidenciam a agência inconsciente na qual presente e passado são indistinguíveis (SCOTT, 2012). Sabendo-se de tudo isso, a pergunta a ser feita – que remete à primeira seção deste artigo – tange aos avanços da historiografia nas últimas décadas: agentes da escrita da história, homens, mulheres, transgêneros, brancos, negros, indígenas, já são capazes de pensar teórica e eticamente seus trabalhos e escrever sobre eles sem converterem-se em meros objetos descritos de forma linear, homogênea, por meio de trajetórias cheias de sentido e, por que não dizer? – de ilusões?

A centralidade da problemática de gênero como teoria da história no século XXI

A análise crítica proposta por Joan Scott, no artigo acima citado, a meu ver, além de muito pertinente, é condizente com o atual estado das discussões sobre o conceito de sujeito no campo das humanidades. O histórico feito por Scott sobre as tentativas de implementação da psico-história ou da psicologia do ego, sobretudo nos anos 1970, nos Estados Unidos, e sua limitação ao campo da história intelectual, área ainda muito masculina, é importante para se pensar o contexto atual das humanidades no Brasil e no mundo. Ainda conforme a historiadora, a tradução da obra de Michel Foucault (1926-1984) para o idioma inglês, ainda no final da década de 1970, movimentou o diálogo com os psicanalistas. Contudo, como a psico-história não se preocupava, por exemplo, com a teorização das desigualdades, pautas políticas militantes como as lutas feministas e da comunidade LGBTQIA+ ficaram ausentes e não acolheram interessados que poderiam ter fomentado o crescimento do campo naquele momento (SCOTT, 2012). Scott já havia discutido o assunto a partir da perspectiva da história das mulheres (SCOTT, 1992).

O diagnóstico acima descrito é importante no sentido de descrever os diversos contextos intelectuais e políticos que se desenvolveram desde a década de 1960 e, assim, incentivar a investigação dos limites e das possibilidades das teorias que trataram e tratam da problemática do sujeito em diferentes conjunturas históricas e experiências de politização. Não é sem razão que um nome importante do campo dos estudos de gênero, a filósofa estadunidense Judith Butler, costuma recuperar, criticamente, a obra de Foucault para desenvolver suas investigações sobre as teorias de formação do sujeito e seus estudos de filosofia moral. Em *a vida psíquica do poder* (2017a), Butler aprofunda discussões que haviam ficado um pouco secundárias, por exemplo, em sua obra mais conhecida, intitulada *Problemas de gênero* (2017b). Ao discutir diferentes teorias de formação do sujeito, a filósofa confronta os escritos de Freud com os trabalhos de Nietzsche e Foucault, a tal ponto que sua reflexão transborda os limites da filosofia e atinge aspectos importantes e negligenciados em teorias do sujeito anteriores, quais sejam, justamente, as questões de gênero, corporeidade e, em particular, as manifestações inconscientes do poder que atravessa e destrói os corpos quando estes se constituem (e são constituídos) em sujeitos. Importante ressaltar que, ao abordar as teorias da sujeição, a preocupação central de Butler diz respeito à resistência, assumindo, assim, um compromisso ético-político evidente. Ao lermos os trabalhos da filósofa, não resta dúvida de que ela amplia os limites do pensamento foucaultiano, ao mesmo tempo em que

reposiciona os diálogos com a psicanálise como centrais ao debate dos estudos de gênero, em específico, e de ética, em sentido mais geral.

Efetuada a crítica do legado freudiano e também da obra de Michel Foucault para discutir importantes questões filosóficas inerentes aos estudos de gênero, Butler dá um passo além, superando falsas aporias, como a ideia de que o caráter clínico da psicanálise impediria seu diálogo com teorias da história e teorias de e sobre gênero (BUTLER, 2017c, p. 169). A interpelação da psicanálise que se encontra em sua obra tende a tornar mais complexa a concepção de sujeito de conhecimento, pois ela convoca conceitos como o de transferência, que inevitavelmente movimentam o problema da implicação do sujeito com aquilo que converte em objeto (BUTLER, 2017c, p. 69-88). Este assunto exige uma nova discussão, agora que contamos com a ampliação do campo dos estudos de gênero e sexualidade, não apenas nos Estados Unidos. Fazer esse movimento de retomada de assuntos que, no passado, embora importantes, não encontraram o devido espaço para seu desenvolvimento, a meu ver, é um trabalho de historicização necessário e que pode render muitos frutos tanto à história intelectual como à disciplina histórica, em sentido mais amplo.

Merece destaque o fato de que este tipo de teorização, que vai da história da ciência ao cerne de sua estrutura discursiva e conceitual, com a segurança acumulada por cerca de duzentos anos de história disciplinar, pode garantir avanços significativos na adaptação de nossa disciplina às demandas do século XXI, sem abrir mão de seu aparato crítico e científico. Dito de outra forma, utilizando o caso do diálogo com a psicanálise, com uma ação mais profunda e política de trabalho com as teorias de formação dos sujeitos e com a agenda dos estudos de gênero, talvez seja possível ampliarmos as possibilidades teóricas e críticas, à medida em que a psicanálise possa ser apreendida em sua dimensão ética (ou teoria da ação), capaz de intervir nas desigualdades estruturais do próprio campo científico, e não apenas como um método ou modalidade hermenêutica, como no caso da leitura feita pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, ao desenvolver seu método indiciário (GINZBURG, 1989, p. 143-179). Tanto no caso dos Estados Unidos do anos 1970, descrito por Scott, como no caso do método criado para a história social, fornecido por Ginzburg, observa-se um afastamento das práticas de pesquisa e de suas preocupações em relação à vida, entendida aqui simplesmente como espaço de manifestação do laço social e campo de possibilidades para os processos de subjetivação que garantem o direito às identidades de sujeitos sem prejuízo da dimensão

social que condiciona qualquer processo dessa natureza. Enfim, nessa altura da história da ciência histórica na qual nos encontramos, não faria o menor sentido limitar o debate teórico e historiográfico sobre a vida e sobre as subjetividades humanas a uma questão de método. O critério a ser observado, pelo visto, é tanto mais ético e político. A disciplina estará segura, podemos ter certeza.

Um sonho: superar o fardo da história, abrir-se ao imponderável

Um nome insuspeito nos estudos de teoria da história, o historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), refletiu, em alguns de seus textos, sobre a importância de se repensar a metodologia da história com o escopo de permitirmos o ingresso do ficcional como elemento que pertencente e que carrega realidade histórica. Com novas traduções, tal preocupação aparece com mais intensidade. Nesse sentido, o capítulo terceiro da obra *Reinhart Koselleck: uma latente filosofia do tempo*, organizada por Hans Ulrich Gumbrecht e Tamara de Oliveira Rodrigues, recentemente publicada (2021), é exemplo disso, em mais uma reflexão de Koselleck acerca do sonho como elaboração humana e histórica de experiências traumáticas. Mesmo que se distanciando da tradição psicanalítica, o historiador reafirma o sonho, uma experiência corporal, como histórica, posto que pode ser compartilhada e acompanhar os fenômenos históricos que atingem o sujeito sonhador e dos quais ele participa seja como agente, seja como vítima. em tempo, Koselleck foi um historiador que nunca deixou de se preocupar com os afetos humanos e com o quanto eles são importantes, inclusive, para se garantir alguma crença em relação a história. Basta lembrarmos de sua interessante reflexão sobre os vencidos na história.

Em meus últimos textos de caráter historiográfico, tenho insistido na recuperação de um conhecido texto escrito e publicado por Hayden White, na década de 1960. Trata-se do ensaio “O fardo da história”, originalmente divulgado em 1966. Nele, o historiador enfatiza a necessidade de se avançar no debate teórico da história, no intuito mesmo de tornar mais complexas nossas relações com o que chamamos de ciência da história e, sobretudo, superarmos certo ideal historicista estabelecido no século XIX, porém, não mais condizente com a realidade histórica mais recente. A impressão que temos ao ler o ensaio escrito por White é a de que ele antecipa uma série de consequências das transformações sociais para a história que, a rigor, já estavam lá colocadas, mas que, agora, podemos perceber como absolutamente consolidadas. O paradoxo que se apresenta é que, neste século XXI, nada

parece mais necessário e, ao mesmo tempo, mais acessório que a história. As sociedades ocidentais parecem mergulhadas em diversas crises de memória, nas quais emergem movimentos autoritários, não raro, acompanhados de projetos violentos, sectários e genocidas. Ao mesmo tempo, a história, como disciplina, aparentemente, foi empurrada para um campo de especialização do qual ela quase não mais consegue se retirar. Seja como ofício ou como profissão, garantir o espaço para diferentes manifestações da história corresponde a incentivar valores democráticos, creio eu. Contudo, entre as diversas formas de história, em variadas linguagens e lugares de produção, sustentar o diálogo com a história-disciplina é fundamental. A disciplina tem valor de referência, ou seja, ocupa um lugar de responsabilidade.

Creio que os diálogos com a psicanálise e a ampliação dos estudos de gênero e sexualidade, no contexto atual, colocam em evidência a necessidade de se interpelar as subjetividades capazes de produzir tantos afetos intensos, a ponto de observarmos a ascensão de movimentos neonazistas e neofascistas mundo afora, por exemplo. O que estaria por trás de um ódio que parece ser tanto estrutural como histórico? O que explica o seu retorno? Entretanto, para conseguirmos observar essas subjetividades, antes, seria oportuno sairmos de nosso narcisismo e quebrarmos alguns espelhos. Retomando a epígrafe que abre este artigo, precisamos superar o século XIX – deixarmos de ser a personagem Amanda, que vive de passado – e, em simultâneo, alimentarmos a teoria da história daquilo que, hoje, ela mais precisa, ou seja, uma teoria geral do desejo e das fantasias – para que não venhamos a ser Laura, a filha que, por ser aleijada, aliena-se do mundo, fragilmente, entre suas miniaturas de vidro que ficam na estante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEER, Paulo. *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher, 2017.

BIRMAN, Joel. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2017a.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017c.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Tradução: Osmyr Faria Gabi Junior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, embreimas, Sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; RODRIGUES, Thamara de Oliveira (org.). *Reinhart Koselleck: uma latente filosofia do tempo*. Tradução: Luiz Costa Lima. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

OHARA, J. R. M. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i22.1107. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1107>. Acesso em: 28 fev. 2022.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 59-72.

PONTALIS, J. B. *À margem dos dias*. Tradução de Lidia R. Aratangy. São Paulo: Primavera Editorial, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history. *History and Theory*, 51, (February, 2012), p. 63-83).

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: *Trópicos do discurso: ensaios de crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 39-63.

WILLIAMS, Tennessee. *O Zoológico de vidro, De repente no último verão, Doce pássaro da juventude*. Tradução de Clara Carvalho \ Grupo Tapa. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.